

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Marina Felício Santos

**COLONIALISMO, FRELIMO & MULHERES: A participação das mulheres na Luta
Armada pela Libertação Nacional**

GUARULHOS

2022

Marina Felicio Santos

COLONIALISMO, FRELIMO & MULHERES: A participação das mulheres na Luta Armada pela Libertação Nacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Melvina Afra Mendes de Araújo

GUARULHOS

2022

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais no 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Santos, Marina Felicio.

COLONIALISMO, FRELIMO & MULHERES: A participação das mulheres na Luta Armada pela Libertação Nacional / Marina Felicio Santos - Guarulhos, 2022.

47 f.

Trabalho de conclusão de curso - Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2022

Orientadora: Melvina Afra Mendes de Araújo

Marina Felicio Santos

COLONIALISMO, FRELIMO & MULHERES: A participação das mulheres na Luta Armada pela Libertação Nacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Melvina Afra Mendes de Araújo

Aprovado em: (dia) de (mês) de (ano):

Prof(a). Dr(a). Orientador(a)
Universidade Federal de São Paulo

Prof(a). Dr(a). Nome
Instituição

Prof(a). Dr(a). Nom
Instituição

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus e todos os santos, por me manter firme em meu propósito e com certeza de dias melhores.

Em segundo lugar, quero agradecer minha família, especialmente a minha mãe Marli Aparecida Felício Santos e ao meu pai Gerivaldo Jose Cruz Santos por ter me dado o privilégio de vivenciar a Universidade em tempo integral dentro do seus pilares de ensino, pesquisa e extensão.

Gostaria também de agradecer a todos meus amigos que sempre me apoiaram nessa trajetória e principalmente os quais compartilham dessa experiência universitária junto com as angústias e aflições acadêmicas, especialmente, a Karolina Desireé por ter dado o pontapé inicial para começar a escrita da monografia.

Em terceiro lugar, quero agradecer a minha orientadora Dra Melvina Afra por não ter desistido da minha orientação, mesmo com todas as minhas dificuldades intelectuais, se manteve firme ao meu lado nesse processo de pesquisa. Agradeço também a todos os integrantes do grupo de pesquisa do GEMA (Grupo de Estudos de sobre Mediação e Alteridade) por ter contribuído em meu desenvolvimento intelectual e no processo de pesquisa.

Por fim, quero agradecer a todo corpo docente da Universidade Federal de São Paulo do campus Guarulhos, aos técnicos e terceirizados pela construção diária ao longo desses 6 anos de trajetória. Em especial, quero agradecer ao Dr Cleber Viera pelo acolhimento, afeto e luta por todos alunos negros dessa Universidade, também agradeço ao NNUG (Núcleo Negro da Unifesp Guarulhos) e o NEAB- UNIFESP (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na Universidade Federal de São Paulo) e aos companheiros de luta por ter me acolhido e me fortalecido nessa caminhada. Como nosso paizão Cleber Vieira nos ensinou por meio de um provérbio africano: ***“Se quiser ir rápido vá sozinho, mas se quiser ir longe vá com muitos”***.

Resumo

Este trabalho reflete sobre a participação da mulher na Luta Armada de Moçambique. Através da pesquisa bibliográfica me aprofundei em temas-chave para compreender o objetivo central da monografia. Neste percurso investiguei o início do colonialismo no continente africano para entender as mudanças socioeconômicas que o colonialismo português fez em Moçambique. Depois analisei os grupos de pressão no período republicano que fomentaram ideias libertárias e os movimentos nacionalistas organizados nos países vizinhos, que trouxeram uma consciência política para os refugiados moçambicanos. Por fim, depois de entender todo esse contexto histórico me debrucei sobre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento que mobilizou a Luta Armada pela independência de Moçambique e a participação das mulheres dentro desse processo revolucionário.

Palavras-chaves: Colonialismo, FRELIMO, Luta Armada, Mulheres

ABSTRACT

This work reflects on the participation of women in the Mozambican Armed Struggle. Through the bibliographic research I delved into key themes to understand the central objective of the monograph. In this path I investigated the beginning of colonialism on the African continent to understand the socioeconomic changes that Portuguese colonialism made in Mozambique. After that, pressure groups in the republican period foster freedoms and national movements organized in neighboring countries that brought political awareness to Mozambican refugees. Finally, after understanding all this history, I looked at the context of the Front for the Liberation of Mozambique (FRELIMO), a movement that mobilized the Armed Struggle for the independence of Mozambique and the participation of women within this revolutionary process.

Keywords: Colonialism, FRELIMO, Armed Struggle, Women

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE.....	10
1.1. A periodização do colonialismo no continente africano	10
1.2 A conferência de Berlim	12
1.3. Moçambique e o trabalho forçado	14
CAPÍTULO 2: OS MOVIMENTOS NACIONALISTAS	20
2.1. Os assimilados em Moçambique	20
2.2. Os grupos de pressão na colônia de Moçambique.....	23
2.3. MANU UNAMI e UDENAMO.....	26
CAPÍTULO 3:A PARTICIPAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA NA LUTA ARMADA PELA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE	31
3.1. A FRELIMO	31
3.2. A mobilização das mulheres para a luta armada	36
3.3. Associações femininas dentro da FRELIMO	38
3.4. O discurso da FRELIMO sobre a mulher	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
BIBLIOGRAFIA	45

Introdução

No presente trabalho procuro refletir sobre a participação da mulher na Luta Armada pela Libertação Nacional de Moçambique. O processo de pesquisa inicia-se em 2018, por meio da iniciação científica financiada pelo CNPq, cujo o objetivo era entender o processo de construção do Estado Nação em Moçambique. No percurso de investigação, me deparei com o histórico discurso de Samora Machel¹ intitulado “*A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia de continuidade, condição de seu triunfo*”. A partir desse discurso me debrucei sobre a temática.

Ao utilizar a pesquisa bibliográfica como metodologia para investigar o tema, me deparei com algumas dificuldades. A primeira foi a dificuldade de encontrar textos nas plataformas de pesquisa e acervos digitais das bibliotecas, a princípio achei que era um erro de principiante, mas posteriormente entendi que havia uma cadeia de produção intelectual do qual o continente africano e seus intelectuais não estão inseridos nos “clássicos” do conhecimento. Além disso, a historiografia da História Social da mulher é recente e fazendo o recorte para a mulher moçambicana se torna mais recente ainda, em especial, os primeiros escritos sobre a mulher moçambicana foi no *O Brado Africano*, jornal formado por um grupo de “homens de cor” que se associaram em defesa da “causa africana”, constituída por três pilares, educação, justiça e trabalho².

A segunda dificuldade foi a cronologia histórica, tanto na construção da minha monografia, quanto ao tema da luta de libertação que precede o conflito armado, além de que tal temática se interligar e ao mesmo tempo se confundir com a História de Moçambique em si, como também dentro da história das lutas contemporânea para a libertação de toda a região da África Austral. Além disso, a história oficial da FRELIMO³ é construída a partir da lógica dos “vitoriosos”, dos grandes feitos, dos heróis, de forma inquestionável e sem rugas no meio do caminho, tal história é legitimada pelo fato de a luta armada ter acarretado a independência (1975) como resultado final, não havendo espaço para questionamentos sobre

¹ Segundo presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento nacionalista de Moçambique que acarretou a independência do país. E o primeiro presidente após a independência do país em 1975.

² Esse assunto será explorado ao longo do texto.

³ Frente de Libertação de Moçambique.

o processo, tornando-se “desnecessário” analisar de uma forma crítica o conteúdo e os limites dessas vitórias.

Apesar dessas dificuldades, a construção do trabalho não se preocupou com a cronologia histórica dos fatos narrados e sim com os elementos selecionados para o maior entendimento sobre a participação das mulheres na luta armada. Para adentrar nesse objetivo percorri o seguinte caminho: no primeiro capítulo, intitulado “*O colonialismo português em Moçambique*”, realizei uma breve reflexão sobre as etapas do colonialismo no continente africano, a conferência de Berlim e o seus acordos e o regime de trabalho forçado no período colonial. Já no segundo capítulo chamado “*Os movimentos nacionalistas*” procuro refletir sobre duas categorias específicas, os assimilados e os indígenas, categorias estas impostas pelo colonialismo como forma de inferiorizar a população nativa; aponto alguns grupos contestatórios do regime colonial e finalizo abordando os movimentos nacionalistas anteriores a FRELIMO. Por fim, no último capítulo abordo a questão da participação da mulher na luta armada e as associações femininas construídas, em sua maior parte, por iniciativa das mulheres dentro do movimento para mobilizar a população a apoiar a FRELIMO e a Luta Armada.

Capítulo 1

O colonialismo português em Moçambique

1.1 A periodização do colonialismo no continente africano

O colonialismo no continente africano inicia-se antes de 1880, quando foi oficializada a partilha da África pelas potências europeias. E apesar do tráfico de escravos e as relações comerciais com a Europa do século XV ao XIX, a África não havia sofrido mudanças tão abruptas como as que ocorreram entre 1880 e 1935. A conquista e a ocupação de praticamente todo o continente africano pelas potências imperialistas ocorreram em apenas três décadas, no período entre 1880 a 1910, quando praticamente todos os sistemas políticos africanos foram usurpados pelas potências europeias. Anterior a 1880, a historiografia africana afirma que a presença europeia era mínima e restringia-se a algumas áreas costeiras da África central, e interioranas na África meridional e ocidental. Já na África setentrional, havia uma maior presença europeia na região do Maghreb (Marrocos) e Argélia, e na África oriental não houve registros de intervenção estrangeira (BOAHEN, 1880).

A periodização⁴ do colonialismo no continente africano proposta por Boahen (1880) é dividida por três estágios. O primeiro inicia-se em 1880 e vai até 1919, entendido como período de conquista e ocupação; o segundo começa em 1919 e vai até 1935, sendo este o período de adaptação ao sistema colonial; e o terceiro estágio tem seu início em 1935, no qual os movimentos de independência começaram a se articular. A data final desse estágio não é especificada porque cada ex-colônia conquistou sua independência em datas diferentes. Por exemplo, no caso de Moçambique, o país tornou-se independente em 1975.

Em relação a este primeiro estágio do colonialismo, Uzoigwe (1880) informa que este é um período de grandes mudanças, no qual esta geração assiste a uma das transformações históricas mais emblemáticas da modernidade em que o continente africano foi subjugado e ocupado pelas nações industrializadas da Europa. Já Ranger (1880) afirma que nesse primeiro

⁴ Essa periodização tem como objetivo tornar mais didático esse processo colonial, e não tem a intenção de tencionar os debates historiográficos sobre tais subdivisões.

estágio, principalmente no período entre 1880 a 1900, a África Tropical⁵ apresentava um paradoxo, pois ao mesmo tempo que o processo de ocupação pelos europeus era irreversível ou inevitável, também era resistível.

Irreversível, devido aos avanços tecnológicos provocados pela Revolução Industrial na Inglaterra, onde pela primeira vez eram construídas pelos europeus armas mais avançadas, e a construção de ferrovias e o desenvolvimento da telegrafia teriam sanado os problemas de comunicação entre a África e a Europa. Ao mesmo tempo, esse processo era resistível pois os africanos não o aceitaram pacificamente. Pelo contrário, foram bastante hostis com os europeus enfrentando um grande movimento de resistência, seja por parte da população, seja pelas autoridades africanas.

Da perspectiva africana, Boahen (1880) aponta que neste primeiro período os reis, rainhas, chefes de linhagens e de clãs foram profundamente contrários a tais mudanças, pois nenhum deles tinha a intenção de renunciar a sua soberania e queria assegurar o status quo, mantendo seu patrimônio e sua cultura, seja por qualquer meio viável como o confronto, a aliança ou a submissão. Além disso, muitos dirigentes africanos tinham consolidado sua soberania poucos decênios antes, e alguns estavam prestes a alargar ou restaurar seus reinos e para defender seu domínio utilizaram o apoio dos seus súditos com armamentos e as táticas tradicionais. A religião tradicional também teve grande importância contra o colonialismo.

Em resumo, sobre esta questão, Ranger (1880) expõe que praticamente todas as populações resistiram e tal resistência manifestou-se em quase todas as regiões africanas onde houve penetração europeia. Esse paradoxo pontuado por Ranger (1880) refere-se a dois pontos importantes na historiografia africana. O primeiro é relacionado às ambições europeias em relação ao continente africano (desde sua partilha e a ocupação efetiva), devido às transformações tecnológicas provocadas pela Revolução Industrial a partir da metade do século XVIII; e o segundo é em relação às teorias de resistência africana sobre esse processo do colonialismo europeu.

Nesse primeiro ponto, Boahen (1880) alerta que escapava aos africanos o alcance das novas ambições políticas da Europa. Os interesses econômicos e as necessidades tecnológicas provocados pelo desenvolvimento da Revolução Industrial encerrou o tempo do

⁵ Região afro-tropical ou etíope é uma ecozona situada na África ao sul do deserto do Saara e em Madagáscar. Engloba savanas, pradarias, florestas tropicais, desertos e geleiras.

livre-cambismo e iniciou, conforme disse Basil Davidson (apud BOAHEN, 1880, p.7), a era da “ira do novo imperialismo e do monopólio capitalista rivais”.

No segundo ponto, Cooper (2008) aponta a resistência como um elemento-chave na contínua narrativa da história africana, assim como ressalta a relação percebida por Ranger entre a conexão dos movimentos iniciais de resistência no início da colonização e o nacionalismo de massa. Mas estes pontos são assuntos complexos que não serão abordados neste capítulo⁶, pois o seu foco é a incidência do colonialismo em Moçambique, o qual será abordado mais à frente.

1.2 A Conferência de Berlim

As principais potências europeias, como a França, Inglaterra, Portugal e Alemanha, exerceram grande influência mundial no final do século XIX. Apesar de seus interesses comerciais em diferentes regiões da África, seu controle político era muito reduzido e nenhum estadista queria se indispor com as lideranças africanas, pois poderia obter as mesmas vantagens por um controle indireto. Antes da conferência de Berlim, as potências europeias já tinham suas esferas de influência no continente por meio das relações comerciais, as missões missionárias, tratados com dirigentes locais, entre outros meios (UZOIGWE, 1880).

Apesar dessas relações já estabelecidas com o continente africano, desde o final do século XVIII até a metade do XIX as potências europeias organizaram diversas viagens exploratórias para as regiões no interior da África, devido às suas novas ambições e necessidade advindas da Revolução Industrial, mas com uma justificativa científica e religiosa. Nessa nova fase do emergente capitalismo industrial europeu, o tráfico de escravos foi condenado e novas práticas coloniais foram introduzidas no continente africano. Entretanto, para instalar tal domínio colonial era necessário um conjunto de conhecimentos “científicos” sobre a população, o território e as matérias-primas. A partir disso, foi feito um estudo prévio destas regiões por meio das Sociedades Geográficas (DOS SANTOS SILVA, 2014; CABAÇO, 2007).

⁶ Para saber mais: BOAHEN, A. A.. "História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935". In: COOPER, F. **Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África Anos 90**, UNESCO, 2010(2008), p. 21-73.

A saber, Dos Santos Silva (2014) aponta que havia mais de 40 Sociedades Geográficas, dentre elas, se destacavam as de “Paris (1821), Berlim (1828), Londres (1830) e Lisboa (1875) (que) financiaram as viagens de René Caillié, Nacthigal, Speke, Burton, Livigstone, Mungo, Park, entre outros que financiaram as viagens de exploração à África sob a capa de missões científicas” (p.20). O controle indireto ou como disse Cooper (2008), o controle “velado” das potências europeias exercia influência política e comercial no continente sem alterar o sistema político africano, sendo este essencial para obter informações sobre a população. Nesse sentido, os missionários no continente africano serviram como intermediários dos colonizadores. Segundo Capossa (2005), a riqueza da África era descrita pelos comerciantes e os missionários que chegaram “a partir de 1860 para explorar, civilizar os bárbaros ignorantes sem história e cristianizá-los” (p. 13).

A ideia de realizar uma conferência internacional para sanar os conflitos territoriais iniciado pelas atividades comerciais dos países europeus na região do Congo partiu de Portugal. A bacia do rio Congo era a região de maior interesse das potências europeias, disputada principalmente pela França, Bélgica e Portugal por questões puramente econômicas, como a livre navegação do Rio Congo e a exploração e comércio do marfim, mas com a justificativa de razões científicas, religiosas e humanitárias para estabelecer um núcleo colonial no Congo (UZOIGWE, 1880; TRAUMANN; MENDES, 2015)

Em 1876, o rei Leopoldo II da Bélgica criou a Associação Internacional para a Exploração e Civilização da África Central. A França reagiu estabelecendo um protetorado no norte do Congo e Portugal, que há muito tempo tinha feitorias na região, reivindicavam soberania por “legitimidade histórica” sobre a foz do rio Congo. Devido a essas disputas, Portugal se viu obrigado a estabelecer acordos para uma boa convivência, tanto com as autoridades locais, quanto com as colônias de outras potências europeias (TRAUMANN; MENDES, 2015; DOS SANTOS SILVA, 2014)

A conferência realizou-se em Berlim de 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885, proposta inicialmente por Portugal e posteriormente organizada pelo chanceler da Alemanha, Otto von Bismark. Segundo Dos Santos Silva (2014, p. 24) participaram 14 países: 12 da Europa (Alemanha, Império Austro-Húngaro [Áustria-Hungria], Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Bélgica, Portugal, Rússia, Suécia-Noruega [unidas desde 1814 a 1905]), mais os Estados Unidos e o Império Otomano (Turquia), sem a participação de um único africano. E, ao invés de ser discutido a sério questões relativas ao

tráfico de escravos, abolição do tráfico, autonomia do continente e o bem-estar dos africanos, adotaram resoluções vazias de sentido (DOS SANTOS SILVA, 2014; UZOIGWEU, 1880).

Referente aos acordos entre as potências europeias, Dos Santos Silva (2014) pontua que ficaram estabelecidos algumas questões como direitos reservados à Inglaterra sobre a região do Congo; a isenção fiscal das mercadorias dos locais de domínio britânico; as colônias portuguesas com livre comércio e navegação e a garantia dos seus direitos aduaneiros; e o fim da escravatura sob os povos da região. Nem todos esses acordos foram favoráveis para Portugal, mas foram necessários para manter as alianças caso outras potências entrassem na disputa (DOS SANTOS SILVA, 2014). Nesse quesito, Brunschwig resumiu as negociações da seguinte forma:

O capítulo I da Ata Geral da Conferência de Berlim é consagrado à liberalização do comércio na bacia do Congo, principal questão polêmica, incluindo (Art.º 6º) “disposições relativas à proteção dos indígenas, dos missionários e dos viajantes, bem como à liberdade religiosa”. O capítulo II determina a rigorosa interdição do comércio de escravizados. No capítulo V se regulamenta a navegação no rio Níger, outra via crucial de acesso ao interior de África e motivo de disputa. Finalmente, no capítulo VI se consagra o princípio da ocupação efetiva obrigando “as potências signatárias” a assegurar uma “autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos e, se for caso disso, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que ela for estipulada” (BRUNSCHWIG, s.d., p. 80; apud CABAÇO, 2007, p. 34).

Seguindo esse raciocínio, Uzoigwe (1880) destaca que, inicialmente, a conferência não tinha por objetivo a partilha da África, mas no decorrer das sessões esta terminou por distribuir territórios e aprovar resoluções sobre a livre navegação no Níger, no Benue e seus afluentes. Conforme Dos Santos Silva (2014, p. 24) a conferência decorreu sob a seguinte agenda: a liberdade de comércio na bacia e foz do rio Zaire (Congo); livre navegação dos rios internacionais; e a definição clara das “regras do jogo” que legitimassem a ocupação efetiva dos territórios em disputa.

1.3 Moçambique e o trabalho forçado

Após os acordos estabelecidos pela Conferência de Berlim (1884-85) e a derrota do Estado de Gaza, em 1885/86, Portugal conseguiu promover a restauração efetiva das terras africanas as quais reivindicava e adquiriu o controle militar sobre toda a região sul de Moçambique. No entanto, para impor sua administração era necessário mais do que o controle militar, faltava-lhe capital para tal empreendimento. Os meios viáveis para superar

essas dificuldades foram um processo de expropriação de recursos naturais; o recurso ao capital estrangeiro e a imposição de uma série de necessidades monetárias como impostos e uma “obrigação moral do trabalho” que justificaria a exploração do trabalho forçado e mal remunerado (BRITO, 2019; ZAMPARONI, 1999).

A falta de recursos financeiros de Portugal fez com que boa parte do território moçambicano fosse atribuído a grandes companhias estrangeiras provenientes de capitais inglês, franceses e alemães. Por consequência, algumas dessas companhias ficaram dotadas de plenos direitos sob esses territórios, como a administração de forma autônoma do território, a emissão de moedas, e a cobrança de impostos. Esse investimento foi essencial para consolidar a ocupação de Moçambique e transformar sua economia no decorrer do final do século XIX ao século XX (BRITO, 2019; CABAÇO, 2007; ZAMPARONI, 1999).

Paralelamente, ocorriam as campanhas militares para acabar com os focos de resistência à ocupação, assim desarticulando as configurações político-administrativas – isto é, as alianças de chefes e autoridades africanas – que se constituíram como resistência ao processo de ocupação colonial. Em conjunto à campanha militar, Portugal realizou em 1891 um acordo com a Inglaterra sobre as fronteiras do sul e oeste de Moçambique. Neste acordo, ficou estabelecido que Portugal criaria um mecanismo eficiente para o escoamento dos produtos advindos da África do Sul e da Rodésia pelos portos de Lourenço Marques e Beira (CABAÇO, 2007). A ocupação portuguesa no território moçambicano foi gradual, e a este respeito, Cabaço (2007) afirma que “Portugal não detinha controle da maior parte do território, ainda sob domínio dos Estados africanos, de chefaturas bantu ou de xeques swahili.” (p. 88).

Segundo Brito (2019), devido ao tipo de ocupação colonial, criaram-se três grandes regiões com suas particularidades, a saber: a região norte, administrada pela Companhia do Nyassa na província de Nampula, não sofreu grandes interferências de colonos ou empresas agrícolas e sua principal produção agrícola, a partir dos anos 1930, foi o algodão e a castanha de caju; já na região do centro, especialmente, nas províncias de Zambízea e Safala, as grandes companhias exploraram a plantação de palmares e cana-de-açúcar e com uma reserva de mão de obra para o trabalho sazonal nas plantações; e por fim, no sul de Moçambique, houve uma intensa migração de mão de obra para África do Sul para trabalhar nas machamba⁷ dos colonos e na construção de ferrovias, estradas, etc.

⁷ Área agrícola

Apesar disso, Cabaço (2007) expõe que foi no sul de Moçambique que se concentrou a prioridade de ocupação portuguesa. Isso se deu pela região ser a principal fonte de lucro com a exportação de mão de obra para as minas da África do Sul e a cobrança dos impostos provenientes do tráfego dos produtos sul-africanos, além da memória do antigo Império de Gaza. A partir disso, Portugal aos poucos começou a consolidar sua ocupação no território moçambicano seguindo o sistema de grandes concessões. Para Cabaço, até a guerra de ocupação:

a unidade administrativa era a capitania, chefiada por um oficial do exército ou, no caso de Prazos fiéis, por um prazeiro que comandava as suas tropas privadas, ao qual, por vezes, foi estendido o título de capitão-mor. Cada capitania dividia-se em comandos militares, com áreas de intervenção definidas. A estrutura militar, na qual o capitão-mor, na prática, decidia cumulativamente sobre todas as questões (organização das populações, direção da economia, administração da justiça etc.) acabaria por inspirar o aparelho estatal de Moçambique colonial. (CABAÇO, 2007, p. 98)

O mesmo autor expõe que, em meados de 1907, entendia-se que os movimentos de resistência estavam mais brandos. Então, Aires de Ornelas, ministro da Marinha e do Ultramar, publicou a Reforma Administrativa de Moçambique, na qual se definiu a divisão administrativa do território e o quadro de funcionários administrativos. Em geral, as áreas que eram chefiadas pelas autoridades locais permaneceram com os capitães-mores⁸, e a colônia era administrada por um governador-geral e dividida por distritos. Tais distritos dividiam-se em unidades menores que representavam a centralidade administrativa.

Meneses (2018) descreve que no decorrer da implantação da presença colonial portuguesa em Moçambique, António Ennes, o primeiro alto-comissário da colônia, entendia que o principal recurso das colônias era sua força de trabalho. Assim, devido à necessidade de se justificar tal presença por meio de uma “missão civilizadora⁹”, o governo português implementou inúmeras reformas do regime de trabalho. Oficializou-se, então, como descreve Magalhães (2016), um novo sistema de trabalho que ficou conhecido como chibalo.¹⁰ Este termo foi usado durante o período colonial para se referir a um conjunto de relações trabalhistas impostas à população “indígena”. Ele foi regulamentado em 1894 pelo Regimento da Administração da Justiça nas colônias, e especifica a obrigatoriedade do trabalho “indígena”, incluindo desde condições de trabalho escravo até o trabalho forçado.

⁸ Capitão-mor era a designação para cada um dos oficiais militares, responsáveis pelo comando das tropas de Ordenança em cada cidade, vila ou concelho de Portugal,

⁹ Regulamento Geral dos Trabalhadores Indígenas nas Colônias Portuguesas

¹⁰ Para a autora, missão civilizadora era: “Libertar os indígenas da barbárie, transformá-los em seres mais evoluídos ao ensinar-lhes os tempos da modernidade, preenchendo-lhes o seu mundo ‘vazio’ com os saberes da civilização transformou-se no grande objectivo da missão colônia” (MENESES, 2010, p. 73)

Seguindo seu argumento, Meneses (2018) afirma que a obrigação legal do trabalho instituiu o conceito de “indígena” como categoria sociopolítica, com tal definição sendo respaldada pelo artigo 14.º aprovado em 1914¹¹, onde “indígena” era “filho de pai e mãe pertencentes às raças nativas de África, mas também os que tendo caracteres físicos dessas raças não possam provar descendência diferente.” (MENESES, 2018, p.128).

A este respeito, Brito (2019) nos informa que todo “indígena” adulto tinha que comprovar seus deveres por meio do pagamento de impostos e obrigação de fonte de renda suficiente, sendo esta entendida como fruto do trabalho assalariado, para o Estado, ou particular. Apesar da agricultura ser a base econômica dos africanos, esta não era considerada como fonte de renda. Aqueles que não cumpriam estes requisitos, podiam ser recrutados e forçados ao trabalho público na construção de estradas, em machambas de colonos e até em serviços industriais na cidade, ao passo que o trabalho forçado era a principal ferramenta para suprir as necessidades do mercado interno em Moçambique.

Magalhães nos informa que em 1926, surgiu o primeiro Estatuto do Indigenato, sendo este próprio para os “indígenas” e reforçando o racismo e a inferioridade dos africanos em relação aos europeus, a saber:

Não se atribuem aos indígenas, por falta de significado prático, os direitos relacionados com as nossas instituições constitucionais. Não submetemos a sua vida individual, doméstica e pública, [...] às nossas leis políticas, aos nossos códigos administrativos, civis, comerciais e penais, à nossa organização judiciária. Mantemos para eles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua vida, sem prescindirmos de os ir chamando por todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior, do seu nível de existência. (MAGALHÃES, 2019, p. 128)

Já em 1926, houve uma reformulação no Estatuto, onde foi modificado o conceito de “indígena”, racializando tal conceito. Desse modo, este era descrito e entendido por “indígenas” como sendo indivíduos negros e seus descendentes, nascidos na colônia e que não possuíam as mesmas “aptidões” dos cidadãos portugueses. Além disso, o estatuto reafirmou a obrigatoriedade do serviço remunerado, ao mesmo tempo que seguia abrindo a possibilidade do Estado recrutar os “indígenas” de forma compulsória para os trabalhos públicos (MENESES, 2010; MAGALHÃES, 2016).

Voltando à questão do trabalho forçado, Brito (2019) aponta que, em paralelo à produção da economia de mercado, os camponeses eram obrigados a produzir culturas comerciais para abastecer a indústria têxtil de Portugal com matéria-prima barata, em

¹¹ Também é encontrado na bibliografia a grafia xibalo, mas contém o mesmo significado.

especial, o algodão que exigia um trabalho longo e intenso. Devido ao trabalho excessivo e à má remuneração, os camponeses não tinham interesse em cultivar tal especiaria, sendo necessário para Portugal comprar matéria-prima e mão de obra estrangeiras para atender as necessidades de sua indústria.

Também em relação ao trabalho forçado, Meneses o define em uma nota de rodapé como:

Uma situação de trabalho forçado é determinada pela natureza da relação entre um trabalhador e um ‘empregador’, e não pela atividade exercida em si; por isso o trabalho forçado inclui sempre dois elementos básicos: o trabalho ou serviço é imposto sob ameaça de alguma sanção e é realizado involuntariamente. As ameaças assumiram formas extremas, como a violência física, mas também formatos mais subtis, como a retenção de documentos de identidade ou a ameaça de denúncia às autoridades, em casos de migração ilegal, para adquirir uma vantagem injusta sobre os trabalhadores.(MENESES, 2010, p.83)

As condições de trabalho na colônia de Moçambique são descritas detalhadamente por Zamparoni (2004) demonstrando que, apesar do tráfico de escravo ter sido abolido em 1836, as relações de trabalho na colônia com a prática do trabalho compulsório se assemelhavam à tal prática escravista que foi condenada pela Europa. Ele especifica que a primeira prática de trabalho imposta à população foi o trabalho prisional, em que os colonos (representantes do Estado) exerceriam o poder de polícia e justiça, podendo punir os “indígenas” com multas de trabalho devido a acusações como vadiagem, embriaguez, desordem, ofensa à moral, e desobediência às autoridades.

Posteriormente, em 1913, pequenos delitos como furto junto aos demais já mencionados acima podiam ser penalizados com o trabalho gratuito entre 15 a 90 dias. Essa prática, além de ter sido um importante mecanismo do domínio colonial, também foi uma fonte de recrutamento de força de trabalho e militar gratuita. Já em 1917, a legislação modificou-se e a pena poderia ser paga com trabalho de 3 dias a 1 ano em troca de alimentos e vestimentas fornecidos pelo Estado, e esses trabalhadores eram mantidos acorrentados.

Apesar da obrigatoriedade do trabalho prisional, Zamparoni (2004) aponta que este era esporádico e insuficiente. Para explorar ao máximo a mão de obra barata da colônia, foram pensados novos mecanismos para obter a força de trabalho dos “indígenas”. Neste sentido, a Secretaria dos Negócios Indígenas (Repartição, Intendência, Serviços)¹² recebia a quantidade de mão de obra solicitada pelos colonos e repassava aos administradores das

¹²Incumbia: a organização da justiça indígena.

diversas circuncisões tal demanda. E estes então providenciavam junto aos régulos¹³ os trabalhadores necessários.

Esses trabalhadores eram “recrutados”, isto é, presos e transportados para os locais que foram solicitados, sendo de responsabilidade do empregador pagar as despesas dessa operação. Ele também aponta que as mulheres e crianças eram um grande potencial na mão de obra barata, mas o Estado coibia tal prática devido à necessidade de reprodução de força de trabalho.

De certo modo, na divisão sexual do trabalho de alguns povos africanos antes do colonialismo europeu, cabiam às mulheres as funções agrícolas e domésticas, e aos homens a pesca, caça, o cuidado com o gado, entre outras atividades. Mas a questão principal é que existia uma lógica na organização social, da qual o colonialismo português interferiu de forma brusca. A proibição do Estado na utilização da mão de obra feminina e infantil, era pela necessidade de se garantir a produção agrícola, ou seja, garantir o mínimo necessário para a reprodução e exploração da força de trabalho barata. No entanto, essa proibição não impediu que mulheres e também crianças fossem recrutadas para o trabalho “assalariado” que em sua maioria era gratuito.

Apesar da proibição estatal, as mulheres eram coagidas ao trabalho forçado quando a cobrança do imposto sobre a palhota¹⁴ não era pago. Elas então ficavam presas até o pagamento de tal imposto. Essa situação se tornou tão frequente que, em 1927, a Secretaria dos Negócios Indígenas determinou que nenhuma mulher poderia ficar presa por falta de pagamento do imposto por mais de 60 dias. Mas, na prática, o trabalho feminino continuava sendo solicitado pela escassez de mão de obra masculina destinada às minas da África do Sul. (ZAMPARONI, 1998). Devido a isso, as mulheres acumularam então os afazeres masculinos, trabalhando em média 16 horas por dia, dividindo-se entre os cuidados de casa, filhos, dependentes (velhos e doentes) e a machamba familiar, além do cultivo obrigatório e forçado nas plantações de algodão, arroz, amendoim.

O trabalho rural era organizado por meio de metas coletivas ou individuais a serem cumpridas, para que assim os trabalhadores pudessem receber o pagamento devido de modo a pagarem seus impostos. Nesse sentido, a situação ficou tão insustentável que, em 1947,

¹³ Chefes tradicionais.

¹⁴ O imposto da palhota (habitação rural) era cobrado anualmente apenas dos “indígenas” e incidia sobre cada palhota que um indígena possuísse.

organizou-se um movimento grevista contra o cultivo obrigatório do algodão, no qual mulheres em forma de protesto queimaram as sementes. Outras mobilizações foram planejadas contra as concessionárias algodoeiras e elas tiveram como resultado a isenção do cultivo obrigatório para mulheres grávidas e mães com crianças até 4 anos de idade. (CASIMIRO, 1968; SANTANA, 2016).

Capítulo 2

Os movimentos nacionalistas

2.1 Os assimilados em Moçambique

Durante o período colonial, Brito (2019) afirma que muitas pessoas fugiram de Moçambique para os países vizinhos por causa das duras condições de trabalho forçado na colônia. Nestes países, as condições de sobrevivência eram menos precárias devido aos salários e aos preços agrícolas mais elevados, assim como por uma menor repressão sobre os trabalhadores. Com isto, centenas de pessoas ou até comunidades inteiras se deslocaram da colônia para tentar a sorte.

Brito explica que o Estado colonial não conseguia conter a onda de migração a partir da região Norte e Central, havendo maior controle apenas da migração do Sul por causa da estrutura estatal mais consolidada na colônia portuguesa e também a uma maior exploração da mão de obra vinda do local. Isso se dava por essa rota ter se tornado um elemento central da economia colonial, pois o Estado ganhava a partir de cada trabalhador exportado. Por esse argumento, o trabalho migratório para a indústria mineira sul-africana destacou-se na economia política da África Austral, com a exploração de metais preciosos aumentando a migração rotativa e mão de obra de baixo custo.

Segundo Brito (2019), apesar das péssimas condições no meio rural, as cidades também sofriam com uma severa repressão por parte do aparelho estatal, inviabilizando qualquer manifestação de insatisfação com o governo colonial. No entanto, havia uma camada social que se tornou a principal portadora das ideias contestatórias, a dos assimilados. Estes possuíam uma posição ambígua na estrutura colonial, pois não eram considerados

“indígenas”, mas ao mesmo tempo que também não eram considerados cidadãos de pleno direito.

Legalmente, o Estatuto do Indigenato (1929) definia que para um “indígena” tornar-se um “assimilado”, isto é, um “africano” que vivesse de acordo com a cultura europeia, era necessário atender a uma série de pré-requisitos colocados por força desta lei pelo Estado colonial. Dentre estes pré-requisitos, Magalhães (2016, p. 129) destaca:

- i. Ser maior de 18 anos;
- ii. Falar corretamente a língua portuguesa;
- iii. Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- iv. Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- v. Não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor.

A assimilação nunca representou a integração do “africano” ao estatuto de cidadão português, e diante de toda esta legislação discriminatória imposta pelo poder colonial e do aparelho repressivo criado pelo Estado para garantir a manutenção dessa lei, algumas pessoas da elite¹⁵ criaram em 1906 um órgão informativo, *O Africano*, para a defesa dos interesses da comunidade negra. O jornal também serviu de base para a publicação das linhas gerais do programa do Grêmio Africano de Lourenço Marques (GALM), criado em 1908 e composto por africanos da região (CABAÇO, 2007).

Sobre este assunto, Cabaço (2007) cita Aurélio Rocha (2002, p.186) para afirmar que as atividades desse grupo insurgente alcançaram diferentes estratos sociais, como os “de formação católica, presbiteriana e wesleyana, falantes de ronga, changane, português e inglês, funcionários públicos, trabalhadores oficinais, agricultores etc., o que mostra bem a intensidade das relações sociais que então caracterizava a comunidade nativa” (apud CABAÇO, 2007, p.170).

Zamparoni (1998) aponta que a distinção legal entre os “indígenas” e os colonos portugueses foi tema de alguns periódicos. Apesar dos protestos por parte da pequena burguesia chamada “filha da terra”¹⁶, estes não alcançaram nenhuma modificação legal. Também segundo Zamparoni, a Portaria Provincial nº 317 de 09/01/1917 sancionada pelo

¹⁵ Há uma extensa discussão sobre a utilização dos conceitos de classe, elite, burguesia, etc. no continente africano na qual não irei me aprofundar. Utilizarei apenas as nomenclaturas usadas pelos autores citados. Para saber mais, ver Zamparoni (1998).

¹⁶ Este é o conceito que o autor utiliza para referir-se a “elite”, “assimilados” “classe”, entre outros relacionados.

Governador Geral Álvaro de Castro considerou como indígena “‘o indivíduo da raça negra ou dela descendente que pela sua ilustração e costumes se não distingue do comum daquela raça’, retomando o tom do Regime de Terras, de 1909” (1998, p. 469).

De acordo com ele, essa nova lei causou revolta na pequena burguesia, pois introduzia uma série de requisitos para reconhecimento como “assimilados” que eram atendidos apenas por poucos negros, mestiços e até mesmo colonos brancos (boa parte deles era analfabeta, praticante da poligamia e desempregada) para se tornar um assimilado. Tais requisitos são semelhantes aos que foram estabelecidos no Estatuto do Indigenato (1929) mencionado acima.

Os membros da pequena burguesia filha da terra demonstravam em seus jornais valores republicanos, como a liberdade de expressão, o ensino universal, o direito de associação e, principalmente, a igualdade legislativa a todos os cidadãos. Em relação à categoria de assimilado, o Estado colonial em nenhum momento pretendeu reconhecer os “não indígenas” como cidadãos, pois caso assim fosse estes não aceitariam trabalhar em situações subumanas para a acumulação do capital colonial. Em geral, o objetivo era criar uma pequena elite de africanos isolada tanto dos brancos quanto dos “indígenas” a servir aos interesses coloniais em troca de falsos privilégios (CABAÇO, 2007; ZAMPARONI, 1998).

Como já dito, a partir da Proclamação da República em Portugal, em 1910, foram criadas uma série de expectativas em relação aos ideais republicanos tanto nos “naturais das colônias” como nos “nativos”. No entanto, o governo colonial não colocou em prática os valores democráticos que defendia. Pelo contrário, este criou e legitimou mecanismos de maior exploração dos “indígenas”. Como visto no capítulo anterior, os africanos se tornaram súditos indígenas e não cidadãos (MENESES, 2010). Os assimilados foram os moçambicanos negros ou mestiços classificados pelo Estado como tendo saído da condição de “indígena” por haverem incorporado os hábitos portugueses. Apesar disso, Mindoso aponta que ainda dentro das categorias listadas e classificadas pelo Estado, era possível constatar diferenças econômicas, de status, educativas, de gênero, regionais, étnicas, entre outras, que faziam com que “os indivíduos, apesar de estarem na mesma categoria jurídica, tivessem representações e condições de vida diferentes das de seus pares” (2017, p.58).

Voltando à questão do Grêmio Africano de Lourenço Marques (GALM)¹⁷, esta associação foi composta por uma elite de mulatos, negros e brancos. Inicialmente, a principal

¹⁷ Para saber mais, ver Neves (2009).

reivindicação do grupo era a educação dos “indígenas”. Para além dessa ideia central e com o triunfo da Primeira República em Portugal, outras propostas foram colocadas em pauta, constituídas por três pilares - educação, justiça e trabalho - conhecidas como a “causa africana”. O primeiro programa do Grêmio foi publicado no jornal *O Africano*, em 1908, com um artigo intitulado “Ano Novo – Era Nova”, refletindo questões importantes tanto para o Grêmio quanto para o nativismo moçambicano, como a instrução e educação da raça negra, a criação de uma escola para ensino da língua portuguesa (entendida como sinônimo de civilização) e a falta de infraestrutura na colônia (estradas, água encanada, fábricas, escolas).

Embora não oficializado pelo governo colonial, este grupo representou durante anos um grupo de pressão mesmo que não tenha mudado o cenário colonial. Outro baque para a luta do grupo foi a perda do seu principal meio de comunicação e difusão de informação, o jornal *O Africano*, vendido em 1918 à Igreja Católica e perdendo com isso sua função de enfrentamento ao poder colonial e mobilização das elites locais. Porém, posteriormente foi criado um novo jornal, *O Brado Africano*, pelos irmãos João e José Albasini (CABAÇO, 2007; NEVES, 2009).

Em relação aos filhos da terra, Cabaço (2007) expõe que esse grupo teve sua marginalização devido a Portugal ter entrado na Primeira Guerra Mundial precisando cortar gastos na colônia, principalmente no funcionalismo público, em exemplo seguido por algumas empresas privadas. Já Neves argumenta que as mudanças propostas no desenvolvimento social de Moçambique pareciam beneficiar a pequena burguesia africana, por estas assegurarem sua base material em relação ao “que passa pela detenção de terras, pelo acesso a lugares compatíveis no funcionalismo e no exército, em pé de igualdade com os ‘europeus’, acesso possível através de oportunidades dadas pela educação e garantidas pelo trabalho” (2009, p. 163). Isso não anula a preocupação com os problemas que afetam a maioria da população africana, mas ressalva no entanto que a posição em relação aos “indígenas” transparece um tom conciliador entre o colono e o “indígena” que nos parece irreconciliável entre eles (NEVES, 2009).

2.2 Os grupos de pressão na colônia de Moçambique

Na colônia moçambicana, as cidades foram o epicentro da onda nacionalista, tanto no âmbito artístico quanto no político. Os movimentos associativos nasceram em um momento

favorável em Lourenço Marques, devido ao tom contestatório da Primeira República. De forma didática, o percurso do movimento associativo pode ser dividido em três períodos: o primeiro inicia em 1898 com a criação da Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria de Lourenço Marques e termina em 1935, ano em que as Lojas Maçônicas foram consideradas ilegais, sendo este período considerado uma fase clandestina; o segundo começa em 1935 em uma fase de reorganização (imposta pelo regime) nos moldes do corporativismo, com a contestação ao regime colonial crescendo paralelamente entre 1945 a 1962; e por fim, a fase de 1962 a 1974, sendo esta a “longa marcha” pela independência (NEVES, 2009).

Neste tópico, não pretendemos remontar o percurso do movimento associativo em Moçambique, apenas destacar alguns grupos de pressão que foram importantes nesse contexto. Continuando sua análise, Neves (2009) realiza uma comparação pertinente entre o Grémio Africano de Lourenço Marques (GALM) e o Instituto Negrófilo. Como já visto no tópico anterior, o GALM foi o primeiro grupo de pressão criado pela elite africana, e a partir dele surgiram novos grupos, como o Conselho Nacional Africano no início da década de 20 e o Instituto Negrófilo em 1932, posteriormente nominado como Centro Associativo dos Negros da Colônia de Moçambique em 1938.

Estrategicamente, os dois grupos ocuparam todo o território colonial através de delegações e, no caso do GALM, estas evoluíram para associações regionais, como Grémio Africano de Quelimane, Grémio Africano de Manica e Sofala e Grémio Luso Africano da Ilha de Moçambique. Em relação às questões centrais, ambos os grupos defendiam o triângulo da “causa africana” (a educação, a justiça e o trabalho). Já na forma de atuação, havia diferenças, pois enquanto o GALM era considerado um grupo de pressão por sua luta por diversas causas, como o fim do trabalho forçado, o combate à discriminação racial, a expropriação das terras e pela educação, principalmente da mulher “indígena”; o Instituto Negrófilo assumiu um papel de colaborador do Estado colonial, ainda que crítico. Por meio de documentos e petições, o grupo chamava atenção para a necessidade de escolas no meio rural, por cursos noturnos na cidade, para a situação das enfermeiras indígenas, contra o imposto da palhota, entre outros assuntos relevantes. Apesar disso, foi do Instituto que saiu o fundador do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM).

Eduardo Mondlane¹⁸ fundou o NESAM em 1949 como o setor estudantil do Centro Associativo dos Negros¹⁹. As informações sobre a fase inicial do núcleo são poucas e se concentram na figura de Mondlane e de sua geração. Inicialmente, o NESAM propunha uma ação de ajuda mútua aos estudantes de Lourenço Marques²⁰ por meio de estudos coletivos. Além disso, era comum a organização de excursões aos finais de semana, bailes em dias festivos, e campeonatos desportivos (CASIMIRO, 1986).

Ao recordar essa fase inicial, Neves cita o ex-Presidente Joaquim Chissano que lembrava que seus primeiros membros eram jovens estudantes em Lourenço Marques preocupados com os problemas da igualdade, da justiça, da liberdade na sociedade moçambicana. Assim, o NESAM havia sido criado “como lugar de convívio entre estudantes, mas com o objetivo de quebrar as barreiras raciais e foi neste ambiente que conheci Mário Machungo” (2009, p.149). Além do discurso acima citado, Neves (2009, p.153) nos apresenta um discurso de Mondlane que para ela resume a atuação do Núcleo:

A eficácia do NESAM, como a de todas as organizações dos primeiros tempos, era estritamente limitada pelo pequeno número dos seus membros, neste caso, restrita aos estudantes negros das escolas secundárias. Mas, pelo menos de três maneiras, deu um importante contributo para a revolução. Comunicou ideias nacionalistas à mocidade negra instruída. Conseguiu certa revalorização da cultura nacional, que contra-atacou as tentativas dos portugueses para levarem os estudantes africanos a desprezarem e a abandonarem o seu próprio povo. Deu a única oportunidade de estudar e discutir Moçambique sem ser como um apêndice de Portugal. E, talvez o mais importante de tudo cimentou contatos pessoais, estabeleceu uma rede de comunicação a nível nacional, que se formou entre gente de todas as idades, e que podia ser utilizada para um futuro movimento secreto. Por exemplo, quando a FRELIMO se instalou na região de Lourenço Marques em 1962 – 1963, os membros do NESAM foram os primeiros a serem mobilizados e constituíram uma estrutura para receber o partido. A polícia secreta ou PIDE, também percebeu isto e proibiu o NESAM; em 1964, prendeu alguns dos seus membros e forçou outros a partirem para o exílio. (NEVES, 2009, p.153)

Já na segunda fase do NESAM, entre 1958 a 1964, os jovens animados pelos movimentos independentistas em diversas colônias africanas iniciaram também um movimento de mobilização nacionalista pela independência de Moçambique. A passagem de

¹⁸ O moçambicano Eduardo Mondlane nasceu em 1920. Estudou com missionários suíços no sul de Moçambique. Em 1949, conseguiu matricular-se na Universidade de Witswatersrand, na África do Sul, sendo expulso pelo regime do *apartheid* alguns meses depois. Em 1951, partiu para os Estados Unidos, onde concluiu o doutorado em 1957. Após trabalhar como professor universitário e como consultor das Nações Unidas sobre assuntos africanos, decidiu, com o apoio de Julius Nyerere, partir para a Tanzânia, onde formou a FRELIMO

¹⁹ Esse novo nome do Instituto Negrófilo foi adotado devido à ascensão do governo de Salazar, em 1928, e suas leis de teor fascista que aumentaram a repressão na colônia.

²⁰ A única cidade onde os estudantes podiam prosseguir os estudos secundários

Eduardo Mondlane por Moçambique em 1961, vindo de Tanganica²¹ de onde trabalhava como emissário das Nações Unidas, excitou mais esses jovens que então começaram a realizar as mudanças internas dentro de seus grupos com vista ao fortalecimento dessa luta.

A primeira ação relacionada foi a troca da direção do Centro Associativo dos Negros em 1961, devido à ligação de Inoque Libombo com o governo colonial. Após essa mudança, o Centro Associativo dos Negros e o NESAM ganharam grande projeção na cidade de Lourenço Marques, ao organizarem saraus de poesia de grandes proporções em Kalungano, Ganhão, Craveirinha, Noémia de Sousa, Rui Nogar, entre outros lugares. Além disso, eram também promovidos debates sobre as condições precárias dos subúrbios da própria cidade de Lourenço Marques e a necessidade da criação de bairros populares (CASIMIRO, 1986).

2.3 MANU, UNAMI e UDENAMO

Como mencionado no início do capítulo, muitas pessoas fugiram de Moçambique por causa das duras condições de trabalho forçado e por causa da repressão do sistema colonial intensificada a partir da instauração do Estado Novo em Portugal no governo de Salazar²². Além disso, Moçambique era a saída natural para o mar de outros países vizinhos, como Swazilândia, Zimbabwe e Malawi, o que resultou no desenvolvimento do setor de serviços (estradas e portos). Desde o final do século XIX, as principais linhas férreas entre Maputo e a região Transversal são a linha Beira-Zimbabwe e Beira-Malawi, e mais tarde a rede ferroviária foi expandida com as linhas de Nacala, servindo também ao Malawi, e uma outra ligando Maputo ao Zimbabwe (BRITO, 2019).

Segundo Casimiro (1986), os países próximos de Moçambique como Tanganyika²³, Quênia, Nyassalândia (atual Malawi) e Rodésia (atual Zimbabwe) serviram de refúgio aos trabalhadores moçambicanos que buscavam escapar das repressões coloniais e da cobrança de impostos como o da palhota, cobrado de acordo com as metas estabelecidas pelos colonos em relação no chibalo. Nesse novo cenário, a autora argumenta que a repressão do

²¹ Tanganica era uma antiga república membro da Comunidade das Nações (Commonwealth) dos países ligados ao Reino Unido, constituída dessa forma entre sua independência em 1961 e 1964, quando incorporou outros territórios como Zanzibar, formando assim a atual Tanzânia.

²² Salazar chegou ao poder em 1928, após um golpe militar (1926) que findou o regime republicano parlamentar em vigor desde o fim da monarquia em 1910. Ele instaurou então um Estado corporativista de tipo fascista.

²³ Ver nota 7.

colonialismo português fez com que os trabalhadores moçambicanos, inclusive as mulheres, encontrassem nos territórios de colonização britânica novas formas de resistência. Para isso, estes associaram-se a organizações políticas como a TANU (União Nacional Africana de Tanzânia), KANU (União Nacional Africana do Quênia), NDP (Partido Nacional Democrata) e ZUPU (União do Povo Africano do Zimbábue), junto às quais foram forjando uma consciência política imprescindível para o processo revolucionário em Moçambique.

Um dos principais destinos de migração da população moçambicana, especialmente as populações das províncias do norte (Cabo Delgado e Niassa), foi para Tanzânia, sendo este o primeiro país fronteiriço de Moçambique a tornar-se independente. Isto porque a Tanzânia não pertencia à região de domínio colonial da África Austral, colocando-se contra o regime sem medo de represálias econômicas. Antes mesmo da independência do país, as reivindicações do seu movimento nacionalista – a TANU (Tanganyika African National Union²⁴) – eram de fortalecimento do caráter econômico da região, encorajando a formação de cooperativas camponesas para uma maior equidade nas trocas comerciais.

Além disso, outro ponto importante era a necessidade de ajudar os “negros africanos” a conquistar condições mais favoráveis nas relações comerciais. O contato dos emigrantes moçambicanos com o movimento independentista da Tanzânia foi essencial para a politização de suas comunidades. A partir desse momento, várias associações moçambicanas puderam contar com o apoio oficial de um país independente. Apesar de os trabalhadores e refugiados moçambicanos serem em sua maioria advindos do campo e de regiões extremamente pobres com baixo nível de instrução, a experiência de resistência contra a violência colonial e as ideias de *uhuru*²⁵ presentes em toda a África Austral fizeram com que as ideias nacionalistas no contexto dos países anfitriões desses movimentos engajassem a onda contestatória em Moçambique (BRITO, 2019; CABAÇO, 2007)

Segundo Cabaço (2007), a onda contestatória da pequena elite moçambicana partilhava de ideias protonacionalistas²⁶ que seguiram diversos caminhos no contexto urbano. Esta iria reforçar-se com os ideais Pan-Africanistas da diáspora americana e europeia que chegavam também pela literatura e pela música. Já Brito (2019) aponta que os ideais nacionalistas foram maturados no movimento associativo e, devido à aproximação desta elite

²⁴ União Nacional Africana do Tanganica, o partido formado em 1954 que levou o país à independência.

²⁵ Palavra kiswahili que significa liberdade, independência.

²⁶ Segundo Mário Pinto de Andrade o protonacionalismo abrange o período histórico de emergência de um discurso que se distingue pelo seu triplo carácter fragmentário (no pensamento e na acção), descontínuo (na temporalidade) e ambivalente (no seu posicionamento face ao sistema colonial).

ao pan-africanismo da época, esta defendia a promoção da “raça negra” na estrutura colonial, sendo uma posição reformista voltada para a ideia de “civilização” da “pátria portuguesa”. Mesmo assim, o regime de Salazar tomou medidas para controlar as diferentes associações e transformá-las em instrumentos de promoção do novo poder instituído por ele.

Apesar disso, após a Segunda Guerra Mundial houve um movimento de ruptura em Moçambique que irrompeu no final da década de 1950, no qual um certo número de intelectuais se encontrou na metrópole onde realizavam os seus estudos superiores desenvolvendo um pensamento político comum. Entre tais nomes estavam Noémia de Sousa, José Craveirinha, Luís Bernardo Honwana, Marcelino dos Santos, Bertina Lopes e Malangatana Ngwenya, que manifestaram-se inicialmente no campo cultural, mas com ideias de óbvias implicações políticas. Esse movimento não reivindicava por integração à sociedade colonial, pelo contrário, buscavam uma identidade africana influenciada pelo marxismo e pela descolonização experimentada em outros países africanos.

No entanto, o movimento cultural não desenvolveu um projeto político interno, apenas contribuindo para a consolidação das ideias independentistas no seio da elite moçambicana (BRITO, 2019). Enquanto isso, organizações de ajuda mútua nas colônias vizinhas de Moçambique se organizaram em partidos políticos. A seguir, Cabaço sintetiza essa formação:

Assim, em 1959 e com o apoio da TANU (Tanganyka African National Union), funda-se no Tanganyka a Mozambique African National Union (MANU), que reunia emigrantes e refugiados naquela colônia, em Zanzibar e no Kenya; no ano seguinte, os trabalhadores moçambicanos na Rodésia, incentivados pela ZAPU (Zimbabwe African People's Union), constituem a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e, em 1961, processo análogo se verifica no Malawi, onde, sob a proteção do Malawi Congress Party, nasce a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI). (CABAÇO, 2007, p. 392)

Também com o intuito de sintetizar os movimentos de libertação da colônia de Moçambique, Neves nos apresenta um resumo:

A MANU, (Mozambique African National Union/ União Nacional Africana de Moçambique), em 1959 a partir de associações mutualistas, entre essas, a União Maconde de Moçambique, fundada em 1954; a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente), em Maio de 1960, na base da Associação Nacional Africana de Moatize, fundada em 1959; a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) a 2 de Outubro de 1960; e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), da união dos três movimentos a 25 de Junho de 1962. (NEVES, 2009, p.219)

No dia 20 de Fevereiro de 1961, foram expressos no Quênia os objetivos da MANU, considerado pelos historiadores como o momento oficial de sua criação. Os objetivos do movimento são listados de forma clara por Neves, sendo estes:

(...) procurar por todos os meios ao seu dispor a libertação de Moçambique do domínio estrangeiro e colonial; lutar pelo incremento da consciência política dos moçambicanos que vivem no Quênia, Tanganica e Zanzibar; zelar pelas necessidades económicas, sociais e educativas do nosso povo; esclarecer a opinião pública mundial sobre as condições existentes em Moçambique e levar ao conhecimento de todo o mundo civilizado a realidade da opressão em Moçambique; procurar o auxílio dos Estados africanos e de outros países anti – colonialistas na luta pela libertação da nossa pátria; manter as Nações Unidas informadas de todas as violações pelo regime colonial de Moçambique da Declaração dos Direitos do Homem; manter contactos com os outros movimentos liberais e democráticos nas outras colónias portuguesas e no próprio Portugal; auxiliar todos os que são vítimas da opressão portuguesa (que procurem refúgio fora de Moçambique. (NEVES, 2009, p. 222-3)

Continuando seu argumento, a autora enfatiza que o movimento contou com o apoio das massas e ajuda externa, mas sua força se concretizou por meio da conscientização dos Macondes²⁷. O movimento era liderado por seu presidente Mateus Mmole e o secretário-geral L.M. Mllingo, e apesar da proteção e inspiração da TANU, o movimento resistia com muitas dificuldades no Tanganica²⁸. Esta dificuldade advinha do fato do partido apoiar-se principalmente nos macondes. Apesar de numerosos, a falta de preparo desse povo para a ação direta não permitia um avanço na luta e uma liderança forte.

Já em Moatize, fundava-se a Associação Nacional Africana de Moatize (Tete), em 1959, por José Baltazar da Costa Chagonga. Essa associação era composta por nativos da raça negra que tinham como objetivo a defesa do seu povo. Ainda assim, a associação não era reconhecida pelas autoridades da província, tornando-se clandestina. Após um ano, é formada a União Nacional Africana de Moçambique (UNAMI) que, diferente da MANU, teve uma ação mais pacífica por meio de petições enviadas ao Ministro do Ultramar. Neste sentido, Neves apresenta uma petição enviada por eles ao Ministro do Ultramar e também a Salazar:

“Como Presidente da União Nacional Africana de Moçambique Independente e Peticionário do Governo Central Português, antes do meu exílio do Moçambique, cujas petições dirigidas ao Senhor Ministro do Ultramar Português nos dias 23-6-59, 5-1-60 e 13-2-61 se encontram no Ministério do Ultramar, pelas quais solicitava ao Governo Português para a máxima observância e dar cumprimento à Declaração Universal dos Direitos Fundamentais Humanos, bem como à Letra da Carta da Organização das Nações Unidas (Artigo 73, Capítulo XI), ta(e)ndo tendo sido também Peticionário da Comissão dos 7 e 17 Nações da U.N.O. em 1962 que teve lugar em Tanganyika, mais uma vez reitero o pedido formulado na Nota-Petição

²⁷ Os macondes são um grupo étnico bantu que vive no sudeste da Tanzânia e no nordeste de Moçambique, principalmente no planalto de Mueda e Muidumbe, tendo uma pequena presença no Quênia.

²⁸ Ver nota 7

enviada de Nyassalândia Nyas(s)aland ao Sr. Ministro do Ultramar Português...”(NEVES, 2009, p.225)

A fim de concluir sua análise, Neves (2009) ressalta que, no mesmo ano de 1960, surgiu o movimento denominado por União Democrática Nacional de Moçambique, constituído em Bulawayo (Rodésia) por exilados principalmente do Sul de Moçambique, tendo como presidente Adelino Chitifo Gwambe.

O movimento desenvolveu uma ação semelhante à da UNAMI, como em um memorando enviado ao Governo Português onde o movimento esboça sua rejeição ao multiculturalismo a partir de posições colocadas pelo governo da então metrópole. Essa rejeição se dá devido à abolição, em 6 de Setembro de 1961, do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias ultramarinas, concedendo a “plena cidadania portuguesa” a todos os seus habitantes como forma do governo Salazar diminuir contestações sobre sua ação colonialista.

Além da rejeição do multiculturalismo sem haver necessidade de consulta prévia do povo, o documento propõe uma solução pacífica entre o povo e o governo a fim de evitar um direto contra este, propondo assim uma série de medidas consideradas reparadoras à cidadania dos moçambicanos. Neves lista e enumera abaixo quais seriam tais reivindicações colocadas pelo governo de Portugal:

- 1- Reconhecimento soleno(e) e imediato do direito do povo Moçambicano à Autodeterminação;
- 2- Retirada imediata das forças armadas e da polícia política da (PIDE) no território de Moçambique;
- 3- Libertação do pensamento, de política, de reuniões, associações de formação de partidos políticos, de sindicatos, de imprensa e garantia para o exército efectivo africano sem discriminação étnica, filosófica e religiosa;
- 4- Direito de voto para todos os Moçambicanos sem discriminação de cultura, civilização, grau de cultura, sexo e condições de fortuna. (UM HOMEM UM VOTO);
- 5- Constituição de uma Câmara de representantes do povo Moçambicano, na base de um representante para cada 100 mil habitantes;
- 6- Em Moçambique a Câmara de representantes deve ser eleita por sufrágio universal, directo e secreto, em eleições gerais e livres, controlada por uma comissão especial da UNO. Esta comissão deve ser constituída por representantes de países africanos;
- 7- A seguir imediatamente à sua constituição, realização duma reunião para estudar e decidir as possibilidades das bases e da forma de realizar, no quadro da UNIÃO AFRICANA, a União orgânica do povo Moçambicano, profundamente nos laços do sangue e nos laços históricos que ligam os nossos povos;
- 8- A constituição dum parlamento com deputados moçambicanos escolhidos entre os membros anteriormente eleitos para a câmara de representantes, de acordo com as bases estabelecidas na reunião da câmara. O Parlamento assim constituído, será o órgão supremo do poder legislativo em Moçambique;
- 9- Todos os assuntos da vida do povo moçambicano incluindo evidentemente as relações com outros países, deverão ser resolvidos, e controlados pelo povo através(és) de seus legítimos representantes. Esta condição é a base indispensável para o povo moçambicano poder em qualquer momento e em plena liberdade determinar o seu próprio destino. (NEVES, 2009, p. 227-8)

De forma geral, esses movimentos tiveram uma ação limitada voltada à elaboração de petições dirigidas a instituições internacionais (ONU, OIT, etc.) com solicitação de medidas contra o Governo Português. Tais ações mostraram uma fragilidade em atingir seus objetivos, principalmente a luta pela independência, com o impacto desta ação no exílio não tendo sido forte o bastante para levar o regime português a realizar reformas significativas no sistema colonial. (BRITO,2019).

Capítulo 3

A participação da mulher moçambicana na Luta Armada pela Independência de Moçambique

3.1 A FRELIMO

A história oficial da formação da FRELIMO diz que ela foi fundada no dia 25 de Junho de 1962, em Dar es-Salaam, pela união de três movimentos nacionalistas: a União Nacional Africana de Moçambique, que reunia emigrantes e refugiados moçambicanos na ilha de Zanzibar, na Tanzânia e no Quênia; a União Democrática Nacional de Moçambique, formada por trabalhadores moçambicanos na Rodésia do Sul (atual Zimbábue); a União Africana de Moçambique Independente, composta por residentes moçambicanos do Malaw. No entanto, essa versão serve para validar o discurso oficial da FRELIMO, colocando-a como o único movimento legítimo dentro de Moçambique, além de ser uma versão muito funcional e etapista, oculta todas as controversas que permeia essa formação, pois esse percurso não foi simplesmente a união de movimentos regionais e até étnicos que se uniram em prol de uma nação unificada e assim formaram uma Estado-Nação, pelo contrário, apenas a MANU por decisão do seu presidente Mateus Mhole se uniu a FRELIMO, tendo uma passagem breve, pois seus membros saíram rapidamente, já a UDENAMO dividiu-se em dois blocos por ser uma organização multiétnica e apesar de muitos militantes serem do sul, havia também macondes vindo de outra organização, enquanto a Unami nunca aceitou o selo da FRELIMO e conservou sempre independente a sua estrutura. (CAHEN, 2020). De modo geral, como afirma Cahen (2020, p. 57), “a FRELIMO, surgiu como uma nova organização, saída, ao mesmo tempo, com forte interesse americano, da pressão e da rivalidade da TANU

de Julius Nyerere, e do Gana de Kwame N'Krumah, e que integrou, desde o início, uma direção essencialmente sulista”.

O processo de formação da FRELIMO ocorreu após a independência da Tanzânia (1961), por meio do apoio do presidente Julius Nyerere e de organizações como a PAFMECSA (Pan-African Freedom Movement of East, Central and South Africa) e da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas), que se uniram aos representantes de diferentes partidos moçambicanos e a Eduardo Mondlane nos seus esforços para formar um movimento unificado. Tal ideia também foi partilhada por Kwame N'krumah que possuíam influência na UDENAMO e na CONCP. A trajetória e a formação de Mondlane²⁹ o tornavam a pessoa ideal para defender a causa moçambicana no cenário internacional. Junto com sua esposa Janet Mondlane priorizaram a educação como um ponto essencial no primeiro programa da FRELIMO, pois a educação significava se emancipar da dominação colonial, sendo uma das suas primeiras ações a criação do Mozambique Institute em Dar es Salaam, uma escola secundária para os jovens Moçambicanos dirigida por Janet Mondlane. Vale lembrar que a formação da Frente não ocorreu pela aliança de várias organizações autônomas, pelo contrário, foi a dissolução dessas organizações que deu origem à FRELIMO (BRITO,2019).

Dando continuidade ao seu argumento, Brito (2019) aponta que uma segunda figura relevante nesse processo embrionário foi Marcelino dos Santos. A partir dele que ocorreu a ligação entre a CONCP (da qual foi membro fundador e tornou-se Secretário-geral) e o movimento nacionalista moçambicano, primeiro por meio da UDENAMO e depois por parte da FRELIMO. A fim de representar Moçambique na CONCP, ele aliou-se à UDENAMO e nela escreveu seu programa político. Porém, devido a sua relação conflituosa com o então presidente Adelino Chitifo Gwambe, foi expulso do movimento. Apesar disso, Marcelino

²⁹ Eduardo Mondlane nasceu em Junho de 1920 numa aldeia em Manjacaze (Província de Gaza, sul de Moçambique). Filho de um chefe local, fez os seus primeiros estudos nas escolas da Missão Suíça (nome comum da Igreja Presbiteriana de Moçambique). Protegido pelo pastor suíço André Clerc, continuou os estudos secundários, primeiro em Lourenço Marques e depois na África do Sul, onde também começou o ensino superior. Depois de um ano na Universidade de Witwatersrand, durante o qual participou nas actividades de organizações estudantis, o governo sul-africano decidiu não permitir renovação da sua autorização de residência (o National Party tinha chegado ao poder em 1948) e foi forçado a regressar a Moçambique em 1949, onde fundou o NESAM no mesmo ano, sendo o setor estudantil do Centro Associativo dos Negros. Em 1951, partiu para os Estados Unidos, onde concluiu o doutorado em 1957. Após trabalhar como professor universitário e como consultor das Nações Unidas sobre assuntos africanos, decidiu, com o apoio de Julius Nyerere, partir para a Tanzânia, onde formou a FRELIMO e tornou-se o primeiro presidente do movimento (BRITO, 2019, p. 33-34).

devido a sua influência ocupou um cargo importante na FRELIMO como Secretário das Relações Exteriores e foi o principal redator do seu programa político.

As cisões internas na FRELIMO sempre foram presentes. Exemplo disso foram os conflitos que Mondlane enfrentou internamente, pois os outros líderes não estavam contentes com a dissolução de suas organizações e por consequência a perda de sua autonomia. A ideia de formar uma Frente única resultou na primazia política da FRELIMO em detrimento da pluralidade de discursos. Ou seja, o projeto nacional moçambicano estava encampado pelo programa política da FRELIMO. Torna-se necessário ressaltar, também, que todo o processo constitutivo de formação social e política moçambicana deu-se sob o antagonismo das classes dominantes: nacionalistas, nacionalistas com participação em organizações políticas de outros países africanos e setores tradicionais e privilegiados dentro da estrutura social de Moçambique. Em relação a este último grupo, ao lhe atribuir responsabilidades, a Frente pretendia legitimar sua ação e construir um elo entre a ação nacionalista e a história pré-colonial de resistência de diferentes grupos étnico-linguístico (BRITO, 2019; CABAÇA, 2007; CORREIA, 2017).

Segundo Cabaço (2007), os "chairmen"³⁰ e os líderes nacionalistas divergiam em tudo, desde da concepção do poder e estratégia militar, até mesmo assuntos sociais como a participação da mulher no esforço de guerra. De um lado, os "chairmen" acusavam a FRELIMO de não respeitar as tradições e do outro, a FRELIMO afirmava que os chefes podiam ser um empecilho à ação anticolonial unitária. Na visão do movimento, os pontos de convergência estavam na construção de uma "identidade nacional" onde os elementos da tradição se encontrassem com os elementos da modernidade. Cabaço (2007, p. 399) afirma que:

se opunham, neste conflito, o protonacionalismo e a ideia de nação:

“a) a concepção de uma independência confinada à própria região e comunidade étno-linguística; este grupo exprimia como motivações dominantes a expulsão dos portugueses de seu território, a apropriação de seu patrimônio físico e organizativo e o reforço das formas tradicionais de poder e conhecimento, preservando a pessoalização no “chefe”;

b) o projeto prescritivo de uma nova identidade construída em torno da pertença a um território geográfico que aceitava as fronteiras coloniais cuja identidade se deveria ir estruturando pela participação numa tarefa comum, a luta armada, e pela identificação num objetivo comum: a independência. Um projeto que propunha a substituição do poder pessoalizado por um poder participativo, representado por entidades (o movimento de libertação como embrião do Estado)”.

³⁰ os Chefes tradicionais

Por conta desses conflitos internos, boa parte desses líderes após saírem da FRELIMO, tentaram retomar suas ações nas antigas organizações, mas estas já não tinham mais força dentro do território. A UDENAMO não tinha mais condições de continuar suas atividades na Rodésia do Sul, devido a estarem longe da sua base de recrutamento e ser inviável reorganizar um movimento político capaz de agir dentro de Moçambique e ter a mesma legitimidade que a FRELIMO. Já a MANU, apesar de boa parte de seus integrantes serem emigrantes moçambicanos refugiados na Tanzânia, quando o governo de Nyerere decidiu apoiar a FRELIMO, proibiu quaisquer atividades de outros grupos moçambicanos no seu território. Enquanto que a UNAMI inicialmente não teve qualquer obstáculo para continuar suas atividades na Niassalândia (país fronteiro de Moçambique), havendo um grande número de emigrantes moçambicanos. No entanto, seu presidente Baltazar Chagonga decidiu participar do projeto de criação da FRELIMO (BRITO, 2019).

As bases que definiram o percurso da FRELIMO foram discutidas em seu 1º Congresso em Dar-es-Salam, em Setembro de 1962. Nele foram elaborados os Estatutos e Programa da Frente, que defendia a luta armada como o único meio para conquistar a independência de Moçambique. Neves (2009) faz referência a Mondlane (1995) para enumerar as medidas que o povo moçambicano deveria seguir para o combate pela liberdade nacional, a saber:

1. Desenvolvimento e consolidação da estrutura da organização da FRELIMO;
2. Desenvolvimento da unidade entre os moçambicanos;
3. Utilização máxima das energias e faculdades de cada um e de todos os membros da FRELIMO;
4. Promover a formação acelerada de quadros;
5. Empregar todos os esforços para promover o acesso rápido de Moçambique à Independência;
6. Promover por todos os meios o desenvolvimento social e cultural da mulher moçambicana;
7. Promover desde já a alfabetização do povo moçambicano, criando escolas onde for possível;
8. Tomar as medidas necessárias a fim de aprovar as necessidades dos órgãos dos diferentes escalões da FRELIMO;
9. Encorajar e apoiar a formação e a consolidação das organizações sindicais, de estudantes, da juventude e das mulheres;
10. Cooperação com as organizações nacionalistas das outras colónias portuguesas;
11. Cooperação com as organizações nacionalistas africanas;
12. Cooperação com os movimentos nacionalistas de todos os países;
13. Obtenção de fundos junto das organizações que simpatizam com a causa do povo de Moçambique, fazendo apelos públicos;
14. Obtenção de meios para a autodefesa e para manter e desenvolver a resistência do povo moçambicano;
15. Programa permanente por todos os meios a fim de mobilizar a opinião pública mundial em favor da causa do povo moçambicano;
16. Diligências junto de todos os países a fim de realizar campanhas e manifestações públicas de protesto contra as atrocidades cometidas pela administração colonial portuguesa, assim como para a libertação imediata de todos os nacionalistas que se encontram nas prisões colonialistas portuguesas;
17. Obtenção de ajuda diplomática, moral e material, para a causa do povo moçambicano junto dos Estados Africanos e de todos os Estados amantes da paz e da liberdade.”

De acordo com Correia (2017), quando a FRELIMO realizou o I Congresso em Dar es Salaam, ainda havia no seio da sua direção a esperança de que o governo português aceitasse a resolução da CONCP, adaptada pela FRELIMO, em busca da possibilidade de negociação da independência das colônias para evitar a luta em Moçambique. Nessa resolução, a FRELIMO “exige que o Governo português reconheça solene e firmemente o direito do povo de Moçambique à autodeterminação e independência nacional, condição essencial para o estabelecimento de negociações entre o Governo Português e as forças nacionalistas de Moçambique a fim de definir o meio ou acesso à independência de Moçambique (CORREIA, 2017, p. 136).

Em um texto de 1978, Samora Machel³¹ declarou que “o congresso estabeleceu uma plataforma justa, capaz de unir todos os patriotas moçambicanos e fixou como objetivo central da FRELIMO a libertação da Pátria e determinou a estratégia e a tática para atingir esse objetivo”. Ele também aponta que o Congresso reuniu diversos líderes de Moçambique e boa parte da população, no qual foram discutidos aspectos importantes para luta de libertação nacional, como a definição do inimigo, sendo este, o colonialismo português e o imperialismo; estabeleceu o programa de combate por todos os meios, incluindo a luta armada, contra a dominação estrangeira; condenou com firmeza o imperialismo e definiu os aliados no plano exterior, sendo as forças anticolonialistas e anti-imperialistas (SAMORA, Machel, 1978. p 10).

Na centralidade política das ações da FRELIMO para se alcançar a independência em Moçambique, a estratégia enveredaria para o campo da luta armada com participação popular, a partir de táticas de guerrilha. Nesse sentido, o ano de 1963 foi marcado por intensas relações diplomáticas, em especial, da parte de Modlane (presidente da FRELIMO), Simango (vice-presidente) e Marcelino dos Santos (Secretário das Relações Exteriores). No âmbito internacional, o movimento estabeleceu contato com países que apoiavam a luta armada e que poderiam contribuir com a formação de quadros militares e com o fornecimento de material de guerra, como foi o caso da China, URSS e alguns países da Europa Oriental. Apesar dessas influências, foi a Argélia que sediou os primeiros treinamentos militares dos combatentes da FRELIMO; lá, a Frente de Libertação Nacional (FLN), que tinha estreitas relações com a CONP, havia acabado de conquistar a independência contra as forças

³¹ Segundo presidente da FRELIMO

coloniais francesas. Além disso, o país e o Marrocos cederam os primeiros armamentos para a luta armada em Moçambique. (BRITO,2019; NEVES,2009).

3.2 A mobilização das mulheres para a Luta Armada

A partir da experiência dos países limítrofes, as mulheres forjaram a consciência política necessária para apoiar a FRELIMO. Assim, homens e mulheres que estavam no exterior ou no interior de Moçambique procuraram meios para se juntar a Frente, estabelecendo contato direto com sua base provisória em Dar-es-Salam e também com os movimentos moçambicanos nos países vizinhos. De modo que a FRELIMO se viu cercada de inúmeras pessoas de diferentes origens sociais para apoiar o movimento, sendo necessário organizar a todos, canalizar suas energias e explicar os objetivos da luta e também prepara-los para a luta armada. Inicialmente, a mobilização para a luta armada estendia-se a toda população, não havia nenhuma menção especial às mulheres, mas havia um compromisso da FRELIMO definido em seus Estatutos sobre a promoção e o desenvolvimento sociocultural e o apoio na formação de organizações sindicais das mulheres (CASIMIRO, 1986).

A FRELIMO, ao se beneficiar dos contatos estabelecidos pela MANU em Cabo Delgado começou a sensibilizar a população para os objetivos da luta. Nessa fase, as mulheres mobilizavam as pessoas nas zonas onde eram conhecidas e explicavam o que era a FRELIMO, seus objetivos e a necessidade da união da população para melhor combater o colonialismo. Em Julho de 1964, os líderes da FRELIMO agilizaram a estratégia da luta armada como luta política necessário. O cenário de luta, inicialmente, deu-se no norte, nas regiões de Delgado e Niassa, assim como no centro, em Zambézia e Tete; apenas no Sul a FRELIMO encontrou dificuldades para executar suas ações guerrilheiras (BRITO, 2019; CASIMIRO, 1986).

Seguindo seu argumento, Casimiro (1986) afirma que as mulheres do interior foram organizadas pelo Departamento de Defesa (DD) e o Departamento de Organização no Interior (DOI) para realizar o carregamento do armamento militar e a mobilizar da população. Para transportar o material de guerra elas percorriam longas distâncias a pé, desde da Tanzânia até as guerrilhas, além de ficarem responsáveis pelo cultivo e preparação dos alimentos para os guerrilheiros. Tais tarefas não eram tão diferentes das quais já faziam, mas foi na FRELIMO

que as mulheres se organizaram em prol de uma questão “nacional” e a sua importância na participação na Luta de Libertação Nacional foi sentida no cotidiano do confronto, ao ponto de as próprias mulheres solicitarem em 1965 um treinamento militar à FRELIMO. Sobre as tarefas que as mulheres exerceriam dentro da FRELIMO, Casimiro (1986, p.125) nos apresenta uma entrevista da guerrilheira Mônica Chitupila :

[...] Quando entrei para a FRELIMO, em 1965, não estava definido de que forma é que a mulher iria enquadrar nas tarefas da Revolução. Fazíamos o trabalho de mobilização do povo, de produção agrícola para alimentar os combatentes. O nosso trabalho era importante porque havia pessoas que estavam convencidas de que a guerra seria de curta duração e então desesperavam. Tínhamos de encorajá-las. Íamos fazendo estas tarefas, mas só depois do treino político em Nachingwea, a nossa ação se mostrou mais vigorosa

Ao concluir sua reflexão, Casimiro (1986) afirma que as mulheres continuavam como produtoras e reprodutoras, fontes de prazer sexual para os guerrilheiros e sua força de trabalho eram controladas pelos chairmen. Além disso, a participação das mulheres no esforço de guerra era malvista pelos homens, pois na concepção deles, as mulheres eram um sexo frágil, não aguentariam os treinamentos militares e despertariam “os instintos sexuais” dos guerrilheiros. Outra questão era o receio dos mais velhos de enviarem suas filhas para os campos de treinamento militar porque muitas voltavam grávidas, e também, entendiam que o treinamento era uma forma de fugirem de suas ocupações como produtoras, esposas e mães, ao passo que para as mulheres também não era fácil conciliar as tarefas domésticas com os esforços de guerra. Por conta disso, as estruturas políticas militares não estavam organizadas para a inserção feminina, mas ao longo da luta as guerrilhas foram se remodelando para tal, como aponta a autora (1986, p. 127)

Sabem realmente de que o aparecimento da mulher na luta, tomou-se em primeiro lugar como uma coisa espontânea sem obedecer uma estrutura. Esse aparecimento da mulher na luta, obrigou a realização de estudos para a boa utilização da jovem moçambicana. Foi assim que em 1966; achou-se necessário que a mulher obedecesse a uma estrutura no seio do exército. Isso foi impulsionado pela natureza da nossa luta. Ela e popular tem por objetivo, o enquadramento de todas as forças vivas e validas; todos os esforços que sentirem a exploração tem uma vida para se libertarem depois de se unirem.

3.3 Associações femininas dentro da FRELIMO

A primeira associação feminina com alguma projeção e reconhecimento dos movimentos de luta anticolonial em Moçambique foi a LIFEMO – Liga Feminina de Moçambique – surgiu no próprio bojo da formação da FRELIMO, na altura de seu I Congresso, em 1962, no território da então República do Tanganyika e se encarregou de organizar as mulheres moçambicanas desde da criação da FRELIMO. Em Julho de 1962, um grupo de mulheres participou do Congresso Pan-africano de Mulheres em Dar-es-Salam, por indicação da Frente. Ainda no mesmo ano, em dezembro, a direção da FRELIMO se reuniu para nomear provisoriamente as responsáveis pela LIFEMO, ficando acordado que Celina Simango, ocuparia a presidência, e Priscila Gumane, vice-presidente (CASIMIRO, 1986). Segundo Santos (2018, p. 83)

Em 3 de dezembro de 1963, por exemplo, um grupo de mulheres moçambicanas estiveram em Cairo, no Egito, como foi relatado uma semana depois pela agência estadunidense de informações estrangeiras Foreign Broadcast Information Service (FBIS). A nota, intitulada “Mulheres moçambicanas são instadas para participar na guerra”, comunicava a presença de Priscila Gumane que, em seu discurso, manifestou: ‘as mulheres não devem esperar pelos homens para que se alcance a libertação, elas também devem pegar em armas para lutar e morrer juntas, ao invés de serem escravas para sempre’.

Segundo Casimiro (1986) boa parte das mulheres que participavam da Liga, tinham experiência no exterior nas associações de ajuda mútua e organizações políticas, e apesar de a LIFEMO ter por objetivo mobilizar as mulheres moçambicanas para Luta de Libertação Nacional, esse apoio deu-se fundamentalmente aos moçambicanos e moçambicanas que se encontravam no exterior. De modo que manteve-se, assim, afastada das mulheres que realizavam tarefas no interior do país, limitando o seu trabalho em tarefas de apoio aos refugiados e órfãos e enviando algumas mulheres para formação no exterior e não apoiando de fato a luta armada. Por mais que tivesse a influência direta da FRELIMO na organização, tal não foi iniciativa da mesma, e sim das mulheres que já se articulavam no exterior de Moçambique, nesse sentido, Casimiro (1986, p. 123) nos apresenta parte de uma entrevista com uma guerrilheira.

[...] Todo o trabalho era de iniciativa própria das mulheres [...] Nós estávamos sempre representadas em todas as atividades... A FRELIMO não tomou papel decisivo na

criação desta organização (LIFEMO). A FRELIMO não participou ativamente na criação da Organização, porque não tinha tarefas muito bem definidas. As estruturas da FRELIMO, em si, naquela altura, não estavam assim tão sólidas, não se pensava nesse momento em criar-se uma organização da mulher. Portanto, para a FRELIMO, nessa altura, existia essa necessidade de emancipação da mulher, de se criar uma organização da mulher, mas era um trabalho secundário. Porque a tarefa principal, naquele momento, era a Luta Armada. Mas com a criação da LIFEMO, a FRELIMO começa a sentir essa necessidade dar uma tarefa concreta à mulher.

Para uma maior integração das mulheres com as zonas libertadas³², a liderança da LIFEMO propôs a realização de um Congresso, em 1966, na Tanzânia tendo como pauta principal a aliança com a FRELIMO e o apoio em sua causa principal, a Luta Armada. Além disso, comprometeu-se na união com outras organizações internacionais de mulheres, a alargar a sua rede no interior de Moçambique e formalizar a sua constituição. No entanto, isso não aconteceu, continuando a LIFEMO a ser uma organização sem qualquer implantação no interior do país (TRINDADE, 2020). No discurso de abertura do congresso, Santos (2018, p. 86) nos apresenta um trecho da fala da presidente da LIFEMO, em relação às mulheres na luta armada:

Neste mesmo momento em que estou a falar, centenas de mulheres em Moçambique enfrentam com armas na mão o inimigo ou defendem as populações. Algumas delas já deram as suas vidas em batalhas violentas. Muitas mais farão o mesmo. Por isto, nos podemos ver que a mulher moçambicana está a dar a sua completa participação na luta de libertação de Moçambique.

Continuando sua análise, Santos (2018, p.86) afirma também que foi anunciada a presença de Eduardo Mondlane, sendo responsável por analisar os papéis que a mulher moçambicana desempenhava nesse processo político. Processo tal, como já colocado anteriormente, que se estendeu por diversas regiões do país.

integração das mulheres na luta armada [...] nas milícias populares [...] nos grupos que transportam material de guerra de uma zona para outra, ou comida ou roupas para combatentes nacionalistas [...] no sistema de comunicação do país para servirem de mensageiros e elementos de contacto entre os guerrilheiros e o povo, fornecendo informações sobre o inimigo. Nos trabalhos de produção (grifo do autor) [...], na produção económica, na agricultura, nas indústrias ligeiras, como fazer roupa, etc. [...] na vida administrativa [...] não só como enfermeira, ou professora, mas também nos importantes trabalhos de planificação e execução dos projetos de desenvolvimento nacional |e| nas zonas ainda não libertadas, a mulher [...] deve receber preparação adequada para trabalhar em condições clandestinas e para desenvolver seus talentos naturais na acção política.

³² Áreas já controladas pela FRELIMO.

Em 1965, as mulheres moçambicanas solicitaram para a FRELIMO um treinamento militar para garantir a defesa das populações nas zonas libertadas sob sua responsabilidade. Apesar delas terem experiência de trabalho com as populações das zonas de guerra, tal solicitação não foi bem recebida por todos dentro do movimento. Mesmo assim, organizam-se campos de treinamento militar próprios para as mulheres, e em 1966 é oficialmente criado o Destacamento Feminino (DF) durante a Sessão do Comitê Central da FRELIMO, todavia, a documentação oficial reporta a criação do DF como uma iniciativa da FRELIMO e não das mulheres como foi de fato. Muitas dessas meninas tinham menos de 15 anos, em 1965, e as atividades iniciais eram o transporte de alimentos, cozinhar para os soldados e posteriormente ficaram encarregadas de mobilizar a população para o apoio à FRELIMO, ao longo do tempo o número de recrutas femininas cresceu gradualmente e no Niassa Ocidental havia mais de 100 reunidas na Base Feminina de Chityale. (CASIMIRO, 1986; KATTO, 2018).

No ano de 1967, o primeiro grupo oficial do DF, constituído por 25 mulheres, recebeu treinamento político-militar na base de Nachingwea, na Tanzânia, baseado em instrução militar, por um período de três a quatro semanas, e a instrução político-educacional, de modo a compreenderem a política da FRELIMO e a ler e escrever. Como mencionado no tópico anterior, a entrada de mulheres na guerrilha não foi bem aceita, parte dos chefes tradicionais e membros mais velhos da família que viam que tal ação os faria perder o poder e autoridade sobre as mulheres; havia também a ideia de que a participação das mulheres em atividades militares comprometia os seus papéis como mães e esposas; fora o receio da gravidez nos campos de treinamento militar e o estigma de que as mulheres eram o sexo frágil e não aguentariam os treinamentos (CASIMIRO, 1986; TRINDADE, 2020). Em outro trabalho Casimiro (2004, p.62) afirma que “na medida em que o Destacamento Feminino foi aumentando seus quadros e se estabelecendo em todos os fronts, as mulheres passaram a questionar a desigualdade de competências e a diferença do poder político entre elas e os homens”.

Em relação ao Comitê Central da Frente, ao informar sua decisão sobre as mulheres, declarou: “condenamos a tendência que existe entre muitos membros masculinos da FRELIMO de excluir sistematicamente as mulheres das discussões de problemas relacionados à revolução e limitá-las à execução de tarefas” (Santana, 2006, p.35). Antes

mesmo da criação do DF, as mulheres já desempenhavam tarefas militares, sem qualquer tipo de treinamento, mas após solicitarem o treinamento militar à FRELIMO, os líderes do movimento foram forçados a repensar as tarefas femininas no esforço de guerra, até porque excluir as mulheres dessas atividades significaria deixar mais de metade da população inutilizada, um luxo ao qual a FRELIMO não se podia dar. (TRINDADE, 2020).

No início, houve uma tentativa de integrar a LIFEMO e o DF numa só organização, de forma a coordenar as suas atividades. Mas, a atuação de cada organização ocorria de forma diferente, causando até alguns conflitos entre elas. A DF focava em mobilizar a população; defender as zonas libertadas; participar diretamente nos combates e as emboscadas das operações militares; ajudar o Departamento de Segurança a conter as infiltrações dos inimigos; transportar material de guerra; alimentar os guerrilheiros e organizar os orfanatos (SHELDON, 2002 apud Trindade, 2020). As mulheres da zona libertada sentiam que essas últimas três tarefas recaíam sobre si, enquanto a LIFEMO permanecia no exterior mobilizando os moçambicanos refugiados e apoiando os órfãos, deixando o trabalho no interior de Moçambique por último, de modo que, quem construiu e geriu os orfanatos nas zonas libertadas e no interior foi o DF, proporcionando uma maior rede de bem-estar nesses lugares (CASIMIRO, 1986; TRINDADE, 2020).

As deficiências da LIFEMO foram supridas pelo DF e no decorrer da luta, a discussão da participação das mulheres na luta armada avançou para outro nível. Devido à uma crise ideológica dentro da FRELIMO, várias questões foram repensadas, inclusive a emancipação da mulher. Dentro disso, os líderes da Frente decidiram criar uma organização mais abrangente para que todas as mulheres, tanto do interior quanto do exterior e das zonas libertadas ou semi-libertadas pudessem ser incluídas. A luta era entendida como uma forma de melhorar as condições de trabalho e de vida num modo geral, a partir disso, a FRELIMO desencadeou a “Ofensiva Generalizada em todas as frentes” sob o lema “Nova Vida Nova sociedade”, durante a 5ª sessão do Comitê Central. Nessa sessão também decidiu criar a “Organização das Mulheres Moçambicanas”, tendo como núcleo central o DF e englobando todas as mulheres ligadas ao movimento por diversas atividades. Em 1973, na Tanzânia, ocorreu a 1ª Conferência da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), mesmo com a oposição de algumas guerrilheiras, pois diferente das organizações anteriores, a OMM não surgiu por uma solicitação das mulheres moçambicanas e sim por decisão das lideranças da FRELIMO, não sendo bem vista por parte das mulheres do DF, porque na visão delas, o DF cumpria seus objetivos. Essa atitude é questionável, mostrando nas entrelinhas, a FRELIMO

coibindo o espírito de liderança dessas mulheres (CASIMIRO, 1986: 2001; TRINDADE, 2020).

De acordo com Samora Machel (segundo presidente da FRELIMO), cada organização tinha seu papel e uma não substitui a outra, nesse sentido, Trindade (2020, p.61) faz alusão a um trecho do discurso da criação da OMM:

O DF não é a OMM e esta não é o DF. O DF é uma parte integrante do nosso exército, das Forças Populares de Libertação de Moçambique, é um corpo político armado. A OMM, em contrapartida, engaja todas as mulheres, das que até hoje se encontram à margem da luta até aquelas que são combatentes na frente da Saúde, da Educação, da Produção, do Exército, etc. Entre os dois sectores, as relações são de complementaridade e ajuda mútua, o DF aparecendo como uma força motriz, uma fonte de quadros, a OMM como uma força mobilizadora que faz crescer a nossa base, que fornecerá novas forças ao DF.

3.4 O Discurso da FRELIMO sobre a Mulher

Os discursos do Samora Machel foram publicados em diversos livros e artigos permitindo observar as contradições em torno da emancipação da mulher moçambicana. Um dos mais emblemáticos sobre este assunto foi proferido na 1ª Conferência de abertura da OMM, iniciando sua fala com dois questionamentos centrais: o primeiro era o por que de se preocupar com a emancipação da mulher; e o segundo era a razão de convocar a Conferência. Ele aponta que para muitos membros do movimento a prioridade era destruir as estruturas do colonialismo e a emancipação da mulher deveria ser um assunto secundário tratado após a independência do país (SANTANA, 2009). A seguir, um trecho do discurso do presidente:

A emancipação da mulher não é um acto de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. **A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo.** A revolução tem por objectivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher (MACHEL, 1973:18 apud TRINDADE, 2020, p.46 grifo do autor).

Segundo Casimiro (2004), a articulação da emancipação feminina moçambicana com os parâmetros do processo de independência nacional tinha amplo apoio da FRELIMO. Além

disso, as bases teóricas do movimento incluíam os filósofos do iluminismo, autores do socialismo científico, as teses de Marx e, conseqüentemente, a produção marxista. A respeito disso Santana (2006) remete-se à análise de Alambert (1986) para realizar um panorama geral sobre a concepção marxista.

Segundo Alambert (1986), o método de análise marxista preconizava o fim da opressão social com a tomada do poder do Estado burguês e o controle da produção pelo proletariado que unido aos outros grupos sociais oprimidos, estabeleceriam uma sociedade livre da exploração e estruturada em princípios de igualdade, independente de raça, sexo e religião. Nesse sentido, a subordinação feminina foi vista como um resultado da exploração inerente à sociedade capitalista e relacionada ao problema da exploração em geral. Para ela, esse tipo de análise refletia o pensamento de Marx e Engels que preconizaram a subordinação feminina como um resultado do surgimento da propriedade privada, tendo como consequência, a restrição da mulher ao espaço doméstico para o cuidado e reprodução da mão-de-obra operária, exercendo dessa forma, uma função acessória na produção do sistema capitalista. (Santana, 2006, p 36-37).

De um modo geral, o princípio de emancipação feminina esteve presente em diferentes governos socialistas por todo o mundo, mas a FRELIMO se destacou por refletir esse assunto junto a Luta Armada, enfatizando que o desenvolvimento social mulheres era necessário para o processo revolucionário, pois as mulheres eram essenciais na formação de uma nova mentalidade, por serem responsáveis pela criação das crianças. Ao concluir seu argumento, Santana (2006, p. 42) apresenta um outro trecho do discurso do Samora:

A exploração da Mulher é um aspecto do sistema geral de exploração do homem pelo homem. E esta exploração que cria condições de alienação da mulher, a reduz à passividade e a exclui da esfera da tomada de decisões da sociedade. Assim, as contradições antagônicas que existem são entre a mulher e a ordem social exploradora. Estas contradições são as mesmas que opõem a totalidade das massas exploradoras do nosso país e do mundo às classes exploradoras [...] Só a Revolução é capaz de resolver definitivamente esta contradição porque só ela encarna os interesses das massas exploradoras, mobiliza, organiza e une para o combate, só ela é capaz de destruir a ordem social antiga. É a Revolução que instala no poder as massas exploradas, as massas que viviam oprimidas e eram forçadas à passividade.

Como desdobramento final das análises desenvolvidas neste capítulo, a singularidade traçada no quadro histórico moçambicano revela uma profunda contradição entre teoria e prática. Se no âmbito do movimento internacional entendia-se a emancipação total das mulheres, em relação a todas as relações de dominação, como pressuposto para a revolução, em Moçambique, o discurso político da FRELIMO entra em contradição com a realidade, pois, ao mesmo tempo que seu maior representante, Samora Machel, afirmava a necessidade

da conjugação da luta revolucionária moçambicana com a emancipação da mulher, internamente, reforçava velhos estereótipos associados à mulher, bem como dava legitimidade para relações patriarcais de dominação. Eis a questão que não se encaixava, a manutenção do discurso da mulher cuidadora do lar e da família com a necessária educação política do povo.

Considerações finais

Essa monografia transcende seu objetivo por sua temática contribuir para consolidação dos estudos africanos, principalmente no Brasil, além de se inserir em um campo de disputa de versões como a luta armada e a histórias de mulheres. Os trabalhos acadêmicos, principalmente no que diz respeito ao protagonismo de mulheres, têm um papel histórico de contribuir no âmbito social para a consolidação de uma identidade coletiva que favorecesse a mobilização políticas das mulheres. Mesmo que minhas limitações acadêmicas não me permitam dá continuidade nesse processo, espero que por meio desse trabalho inspire outros alunos em processo formativo a investiga esse campo tão complexo e ao mesmo tempo tão prazeroso.

Os temas gerais que contempla essa monografia como: Colonialismo; Trabalho forçado em Moçambique e Movimentos Nacionalistas foram o percurso que escolhi para a construção narrativa do meu objeto principal, a participação das mulheres na Luta Armada de Moçambique, mas é necessário que o leitor entenda que esses são assuntos complexos e ao trabalhar com eles não pretendi esgotá-los, pelo contrário, tais elementos podem servi de inspiração para outros trabalhos desenvolvidos na área.

Uma outra questão que inicialmente desejava era de dar voz as mulheres que combateram a Luta Armada em Moçambique, mas no desenvolvimento da pesquisa entendi que a maioria das falas dessas mulheres em outros trabalhos consultados, foram fruto de um trabalho intenso de pesquisa por meio de entrevistas e trabalho em campo, e ao citar essas falas, não necessariamente estaria dando uma nova perspectiva sobre o tema. O fim da Luta Armada e por consequência a independência do país em 1975, e a partir disso, a mobilização do movimento de mulheres em ONG's, na política e em suas comunidades, além das estratégias da FRELIMO para emancipar as mulheres como havia dito em seus Estatutos,

também eram interesse de pesquisa, mas devido o tempo de produção e desenvolvimento do trabalho e a necessidade de recorte analítico, não avancei nessa investigação.

De modo geral, a participação das mulheres na Luta Armada em Moçambique, contribuiu para a organização dessas mulheres em pró de um ideal nacional, além de romper paradigmas sobre seu lugar na sociedade. A partir dessa experiência histórica, as mulheres puderam pensar coletivamente suas demandas e seu papel na sociedade, mas colocar tais demandas na prática e disputar âmbitos político continua sendo um desafio tanto para as mulheres moçambicanas, quanto para as mulheres brasileiras.

Bibliografia

BOAHEN, Albert Adu. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935.

BOAHEN, Albert Adu et al. A África diante do desafio colonial. 1880.

BRITO, Luís de. A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional, 1962-1983. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2019.

CABAÇO, Jose Luis de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico—o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular. **Africana studia**, n. 8, 2020

CAPOSSA, Romão. Algumas conseqüências da Conferência de Berlim (1884-1885) para a atual África. **identidade!**, v. 7, n. 7, p. 10-18, 2005.

CASIMIRO, Isabel Maria. Transformação nas relações homem/mulher em Moçambique 1960–1974. **Tese de Licenciatura em História, UEM**, 1986.

CASIMIRO, Isabel. " **Paz na Terra, guerra em casa**": **feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Promédia, 2004.

COOPER, Frederick. Conflito e conexão: Repensando a historia colonial na África. **Anos 90**, v. 15, n. 27, p. 21-73, 2008.

CORREIA, Milton Marcial Meque. **Os Yao e o contexto da luta armada de independência nacional em Moçambique (1964-1974)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DOS SANTOS, Sónia. C. et al. A Conferência de Berlim: uma visão contemporânea dos problemas de interpretação. Luanda (Angola): Paulinas 2014.

- KATTO, Jonna. A avó foi guerrilheira?: memórias de vida das mulheres que lutaram pela independência de Moçambique no norte do Niassa/“Grandma was a Guerrilla Fighter”: Women who Fought for Mozambique’s Independence in Northern Niassa. 2018.
- MACHEL, Samora. **O Partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular: relatório do Comité Central ao 3. Congresso.** Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, 1978.
- MAGALHÃES, Juliana de Paiva. Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (sul de Moçambique, XX). 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MENESES, Maria Paula. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. especial, p. 115-140, 2018.
- MENESES, Maria Paula G. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. **e-cadernos CES**, n. 07, 2010.
- MINDOSO, André Victorino. Os assimilados de Moçambique: Da situação colonial à experiência socialista. 2017.
- NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias. O movimento associativo africano em Moçambique. *Tradição e luta (1926-1962)*. 2009.
- RANGER, Terence O. et al. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. 1880.
- SANTANA, Jacimara Souza. **Mulher e Notícias: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985)**. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia.
- SANTOS, Amanda Carneiro. **Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962-1980)**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- TRAUMANN, Andrew Patrick; MENDES, Fernanda Celli Correa. A partilha da África e o holocausto que o mundo não reconheceu. **Relações Internacionais no mundo atual**, v. 1, n. 18, p. 253-274, 2015.
- TRINDADE, Catarina Casimiro, "Tem vida esta coisa!": construção e actualização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique. Campinas, 2020.
- UZOIGWE, Godfrey N. et al. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. 1880.
- ZAMPARONI, Valdemir. Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890-c. 1940. **Diss. U de São Paulo**, 1998.
- ZAMPARONI, Valdemir D. Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940. **Afro-Ásia**, n. 23, p. 145-172, 1999.
- ZAMPARONI, Valdemir D. Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c. 1900-1940. **Afro-Ásia**, n. 23, p. 145-172, 1999.
- ZAMPARONI, V. Da Escravidão ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas. **Porto: African Studio, Faculdade de Letras da Universidade de Porto**, 2004.